

Sayad nega corte no orçamento do GDF

Irritado, ministro telefonou ao governador. DF continua a recolher ICM sobre trigo importado



O Governador afixou uma placa alusiva aos 80 anos do artista na Praça dos Três Poderes

O ministro João Sayad, do Planejamento, negou ontem com veemência, as notícias de que haverá, no bojo da reforma tributária, a eliminação do recolhimento no Distrito Federal, de ICM da revenda de trigo importado pelo Banco do Brasil. A informação foi transmitida ao **CORREIO BRAZILIENSE** pela secretária-executiva da Comissão de Reforma Tributária, Sulamis Dain, que considerou precipitadas as manifestações do Palácio do Buriti sobre o assunto.

Segundo Sulamis Dain, o ministro Sayad mostrou-se irritado com a notícia, e telefonou para o governador José Aparecido informando que jamais tal medida foi objeto sequer de consideração. A assessora do ministro Sayad explicou que nem os municípios, através da Frente Municipalista Nacional, e nem

os Estados, através das Secretarias de Fazenda e Planejamento, propuseram a revogação do artigo 4º, do Ato Constitucional nº 36, de 1967, que disciplina o assunto. F. negou a existência de pressão dos Estados produtores de trigo para distribuição dessa receita de ICM.

Dain lembrou que há algum tempo os municípios do Rio de Janeiro pediram, como parte de um rol de 13 medidas de reforma tributária de emergência, a supressão da receita do ICM do trigo. Na oportunidade, lembrou Dain, o ministro Sayad reagiu, de forma definitiva ao pedido, assinalando que isso era impossível de ser feito porque tal receita de ICM se constitui em parte substantiva do orçamento fiscal do GDF. "Não há portanto nenhuma possibilidade de disso vir a ocorrer" — assinalou a assessora de Sayad.

Nota reafirma que ICM continua

"A Seplan já está cortando na carne. Não vai querer cortar também no osso". Estas declarações, prestadas ontem pela manhã pelo governador José Aparecido, já deixavam transparecer que a polêmica do tirão-tira recursos do orçamento do DF acabaria com a vitória do governador. No final da tarde, uma nota oficial, nascida de um contato telefônico entre o ministro e o governador, confirma que Aparecido se antecipou aos fatos, prevenindo-se contra qualquer intenção do governo federal de retirar do orçamento do DF quase Cr\$ 320 bilhões este ano.

NOTA

A nota nega que a Seplan esteja estudando a eliminação do

dispositivo legal que determina o recolhimento em Brasília do trigo importado pelo Banco do Brasil. Sayad e Aparecido lembram que o Ministério do Planejamento está coordenando os estudos para uma reforma tributária de curto prazo, com efeitos até a promulgação da Constituição.

A comissão encarregada destes estudos realizará sua segunda reunião amanhã e já tem em mãos as propostas que sintetizam a posição dos Estados e municípios, encaminhadas pelos seus representantes. Não consta destas propostas, segundo a nota, a eliminação do dispositivo referente ao ICM do trigo. A comissão é composta de 23 membros, que representam os Governo Federal, estaduais e municipais.

Empresários repudiam proposta

As forças políticas e empresariais de Brasília já estão se mobilizando para tentar impedir que o ministro do Planejamento, João Sayad, proponha ao Congresso Nacional o corte de Cr\$ 320 bilhões no orçamento do Distrito Federal, o que ocorrerá se os parlamentares decidirem que o DF tem que dividir com os Estados a verba recolhida através do ICM do trigo.

Telex ao ministro do Planejamento condenando a medida e visitas aos líderes dos partidos para explicar as consequências da proposta, já estão sendo preparadas pelas lideranças políticas e empresariais da cidade. Ontem à noite, a Associação Comercial do Distrito Federal (ACDF), em reunião, aprovou moção repudiando a proposta de Sayad, enquanto a Federação das Indústrias de Brasília (Fibra) e o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis (CFCI) encaminhavam telex de protesto ao ministro.

O repúdio do PMDB-DF será apresentado hoje no Congresso, durante a votação da emenda do senador Mauro Borges (PMDB-GO) que legaliza os partidos no Distrito Federal. Ao dar essa informação ontem, o presidente do PMDB-DF, Milton Seligman, acrescentou que se pedirá aos líderes dos partidos que não apreciem propostas dessa natureza enquanto o Distrito Federal não tiver representantes no Congresso para defender os interesses de Brasília.

—Não somos contra a reforma tributária — justificou Seligman —, mas condenamos qualquer reforma que seja feita de maneira tão específica e casuística como essa. A "cota do

trigo" deve ser discutida quando tivermos representantes, caso contrário a sociedade brasileira será vítima de um grande arbítrio.

Já o presidente do PFL-DF, Osório Adriano, ao repudiar a iniciativa do ministro, mostrou as consequências que a proposta trará ao DF caso seja aprovada. A consequência imediata, segundo ele, será a inviabilização dos projetos que dependem do Fundo de Desenvolvimento do DF (Fundefe). Isso porque, segundo ele, é do ICM do trigo que provém os recursos do Fundefe.

—Parte desses recursos são aplicados em obras de infraestrutura e manutenção da cidade, enquanto outra é dirigida para a implantação e desenvolvimento dos projetos da iniciativa privada. Com o corte, não haverá recursos. Conseqüentemente, veremos os caos social — advertiu.

Osório Adriano defendeu ainda a união de todos os partidos no DF e de todas as lideranças empresariais, para que, junto com o governador José Aparecido, vem ao ministro Sayad outras soluções que não prejudiquem Brasília. Essa união é defendida também pelo presidente do Conselho Federal dos Corretores de Imóveis, Aref Asseury, que para considerar o corte de 40% do orçamento do DF como "um duro golpe à uma economia que depende muito do Governo Federal".

Aref Asseury é o presidente da Associação Comercial do DF, Lindberg Aziz Cury, entendem que o Governo Federal "não pode incentivar uma crise social em sua própria casa".